



A PRÁTICA AVALIATIVA NO ENSINO MÉDIO: CONCEPÇÕES DE PROFESSORES, ALUNOS E GESTORES SOBRE A REALIDADE ESCOLAR

RESUMO: Este artigo teve como objetivo investigar como a avaliação da aprendizagem é conduzida no cotidiano escolar. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, realizada em escola da Rede Pública Estadual de Teresina-PI, aplicada com três (03) estudantes, uma professora e a coordenadora pedagógica da instituição. O estudo fundamentou-se nas concepções de Luckesi (2011); Hoffmann (2014); Veiga (2002), dentre outros. Os dados revelam a predominância de métodos tradicionais, como provas e trabalhos, mas também apontam esforços pontuais para tornar a avaliação mais formativa e dialógica. Alunos demonstram, em geral, aceitação das práticas avaliativas, embora mencionem a necessidade de maior atenção individualizada. As falas da professora e da coordenadora evidenciam a preocupação com a equidade e a tentativa de conciliar exigências burocráticas com práticas pedagógicas mais significativas.

Palavras-chave: Avaliação da aprendizagem; Escola pública; Percepção discente; Gestão pedagógica; Práticas docentes.

1 INTRODUÇÃO

A avaliação da aprendizagem é um dos pilares fundamentais do processo educativo, pois fornece subsídios não apenas para verificar o desempenho dos alunos, mas também para orientar e aperfeiçoar a prática pedagógica. Em especial no contexto das escolas públicas, compreender como a avaliação é conduzida permite refletir sobre os desafios enfrentados por professores e alunos, bem como sobre as estratégias adotadas para promover um ensino mais significativo e inclusivo.

A partir desta lógica, entende-se que a avaliação da aprendizagem é uma dimensão essencial do processo educativo, cuja finalidade extrapola a mera verificação de conteúdos assimilados. Segundo Luckesi (2011), avaliar não deve ser entendido como sinônimo de medir, classificar ou punir, mas sim como um ato ético e dialógico de compreensão do desenvolvimento do estudante, capaz de orientar intervenções pedagógicas e promover aprendizagens significativas. No entanto, na prática escolar, ainda predomina uma cultura avaliativa marcada pela tradição e por finalidades meramente classificatórias.

Perrenoud (1999) destaca que a avaliação deve ser integrada ao cotidiano da sala de aula como instrumento de regulação da aprendizagem. Para isso, é



necessário que os professores desenvolvam uma postura reflexiva sobre sua prática, adotando estratégias que permitam acompanhar o progresso dos alunos e adaptar o ensino às suas necessidades. Essa perspectiva é central no conceito de **avaliação formativa**, que se contrapõe à avaliação somativa tradicional. A avaliação formativa busca diagnosticar continuamente as dificuldades dos alunos e orientar o ensino para superá-las, valorizando o percurso e não apenas o resultado final.

Complementando essa visão, Hoffmann (2014) defende uma avaliação voltada ao processo, que reconhece o erro como parte do desenvolvimento e valoriza a escuta ativa dos sujeitos envolvidos. Ela propõe uma prática avaliativa dialógica, na qual o aluno é parte ativa e consciente do seu próprio processo de aprendizagem. No entanto, para que isso se concretize, é preciso romper com estruturas rígidas de ensino e com a lógica conteudista que ainda permeia grande parte das escolas.

No contexto das escolas públicas, a avaliação da aprendizagem assume contornos ainda mais complexos, atravessada por questões como desigualdades sociais, escassez de recursos e sobrecarga docente. De acordo com Soares; Soares (2025), a prática avaliativa nas escolas públicas frequentemente se limita à aplicação de provas e trabalhos escritos, com foco na aprovação ou reprovação dos estudantes. Nesses espaços, a falta de políticas institucionais efetivas para formação continuada em avaliação contribui para a permanência de práticas pouco dialógicas e pouco inclusivas.

Além disso, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas, quando bem elaborado, pode atuar como um instrumento importante na ressignificação das práticas avaliativas. Para Veiga (2008), o PPP deve promover uma concepção de avaliação compatível com os princípios de uma educação democrática e emancipadora, garantindo que os procedimentos adotados estejam alinhados ao projeto pedagógico da instituição e às necessidades reais dos estudantes.

A literatura também enfatiza o papel dos diferentes sujeitos da comunidade escolar no processo avaliativo. Estudantes, professores e gestores são afetados, em diferentes níveis, pelas decisões sobre como avaliar, e suas percepções podem revelar muito sobre a eficácia, a coerência e os impactos da avaliação na aprendizagem. Nesse sentido, ouvir essas vozes é essencial para compreender os sentidos que a avaliação assume no cotidiano escolar e para identificar possibilidades de transformação da prática docente.



Dessa forma, este trabalho ancora-se em uma concepção de avaliação como um processo contínuo, formativo e ético, que deve dialogar com os sujeitos e com os contextos em que está inserido. Neste viés, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Nº 9394/96, aprovada em 20 de dezembro de 1996, estabelece as seguintes Diretrizes no Artigo 24, inciso V, da LDB (Lei nº 9.394/96), que a avaliação escolar deve ser **contínua e cumulativa**, priorizando aspectos **qualitativos** sobre quantitativos e o desempenho ao longo do período sobre provas finais, (Brasil, 1996).

No eixo destas Diretrizes legais, este estudo encontrou sentido para analisar as percepções de professores, alunos e gestores sobre a prática avaliativa no ensino médio, objetivando compreender como na realidade escolar as práticas avaliativas são desenvolvidas, como o princípio legal da LDB se aproxima do cotidiano escolar de forma que possa contribuir para a construção de propostas mais coerentes com uma educação crítica, reflexiva e humanizadora.

Nesta dimensão este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa de campo realizada em uma escola pública da Rede Estadual de Teresina-PI, especificamente com uma turma do segundo ano do ensino médio. O objetivo foi analisar de que forma a avaliação da aprendizagem é planejada, aplicada e interpretada no cotidiano escolar, a partir da perspectiva dos próprios estudantes.

A investigação buscou compreender quais métodos avaliativos são mais utilizados, como os professores lidam com a diversidade de ritmos e estilos de aprendizagem, e de que maneira os alunos percebem e respondem a esses processos. A partir dessa análise, pretende-se contribuir com reflexões que possam fortalecer práticas avaliativas mais formativas, éticas e alinhadas às necessidades reais da comunidade escolar.

2 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa, com o objetivo de compreender as práticas avaliativas no contexto escolar a partir da perspectiva de diferentes sujeitos envolvidos no processo educacional. A abordagem qualitativa foi escolhida por priorizar a compreensão da realidade por meio da escuta, da interpretação e da descrição dos significados atribuídos pelos participantes aos fenômenos vivenciados, conforme concepção de Minayo (2012).



A pesquisa foi realizada no Instituto Federal do Piauí (IFPI) – Campus Teresina Central, uma instituição pública de ensino que atende ao nível de ensino médio. Os participantes foram selecionados de forma intencional, considerando seu envolvimento direto com o processo de avaliação escolar. Participaram da pesquisa uma professora, três alunos e a coordenadora pedagógica da escola, compreendidos como pilares essenciais da prática educativa. Essa estratégia segue a lógica da amostragem por relevância, própria da pesquisa qualitativa, conforme Lüdke e André (2012), que defendem a escolha de sujeitos representativos das diferentes dimensões do objeto estudado. Cada participante recebeu codinomes aleatórios, como forma de manter-se o anonimato. Assim a professora chama-se Patrícia, os estudantes - André, Airton e Anderson, a coordenadora – Diva.

A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas adaptadas ao perfil de cada entrevistado. As entrevistas com a professora e os alunos foram registradas em áudio, mediante consentimento dos participantes. A entrevista com a coordenadora pedagógica, por opção da própria participante, foi registrada apenas por meio de anotações. As entrevistas ocorreram no mês de maio de 2025, em ambientes reservados da escola, com o intuito de garantir privacidade e conforto durante o diálogo.

Os dados foram tratados a partir de uma análise interpretativa, considerando os eixos temáticos emergentes das falas dos sujeitos, especialmente no que se refere às concepções de avaliação, metodologias aplicadas, instrumentos utilizados e aos desafios enfrentados no cotidiano escolar. Essa forma de análise está alinhada com o que Minayo (2012) propõe para a abordagem qualitativa: uma interpretação reflexiva e situada dos sentidos expressos nos discursos, respeitando o contexto sociocultural em que se inserem.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da organização dos dados, iniciou-se o processo de análise buscando compreender os sentidos atribuídos pelos participantes às práticas avaliativas da escola. Ressalta-se que as transcrições apresentadas no estudo contemplam os trechos mais relevantes das entrevistas, selecionados para melhor evidenciar os aspectos investigados. O material foi interpretado à luz de referenciais teóricos voltados à avaliação educacional e à prática pedagógica, conforme texto seguinte.



3.1 A realidade da prática educativa no cotidiano escolar: o que dizem os estudantes

A entrevista com o Aluno André, revelou uma percepção simples e objetiva sobre a avaliação escolar. Inicialmente, o estudante demonstrou dificuldade em conceituar o termo “avaliação”, afirmando não saber o que era. No entanto, ao ser questionado sobre o motivo pelo qual as avaliações são realizadas, respondeu que acredita serem feitas para verificar o desempenho dos alunos, o que indica uma noção básica, mas funcional, sobre o papel da avaliação no processo educativo.

Quanto às formas pelas quais é avaliado, o aluno mencionou “provas e trabalhos”, sem citar outros instrumentos, o que sugere um modelo mais tradicional de avaliação. Ele afirmou gostar da forma como é avaliado, por considerar o processo “fácil” e “prático”. A frequência das avaliações foi relatada como sendo mensal.

Sobre os mecanismos de recuperação, o aluno mencionou que são feitas “provas normais”, sem distinção clara em relação às avaliações regulares. Isso pode indicar uma ausência de estratégias diferenciadas no processo de recuperação, reduzindo-o a uma repetição do modelo avaliativo tradicional.

A devolutiva das atividades, segundo o aluno, é feita em sala, com correções realizadas em conjunto com os professores, o que demonstra uma tentativa de retorno mais formativo, embora sem muitos detalhes fornecidos. Quando questionado sobre a participação ou opinião dos pais a respeito das avaliações, o aluno disse que “eles não sabem”, sugerindo um possível distanciamento da família em relação à vida escolar. Por fim, ao ser perguntado se mudaria alguma coisa nas formas de avaliação, o aluno respondeu que não faria alterações, reforçando sua aceitação do modelo vigente.

Quanto o estudante Airton, demonstrou uma compreensão mais articulada sobre o conceito de avaliação. Para ele, avaliação é “uma prova que mede sua capacidade”, relacionando diretamente o processo à verificação do aprendizado ao longo do período de explicações em sala. Além disso, entende que a avaliação tem como finalidade “medir o conhecimento” e verificar se o aluno está “apto para ir para o próximo ano”, o que revela uma visão tradicional, mas consciente, do papel da avaliação dentro da progressão escolar.

Airton, relatou ter sido avaliado por diferentes formas desde o primeiro ano, incluindo atividades aplicadas por uma psicóloga e, principalmente, provas. Ele



também destacou um aspecto emocional do processo, reconhecendo a satisfação ao tirar boas notas (como 8, 9 ou 10), mas também mencionando dificuldades recentes, o que sinaliza uma percepção mais crítica sobre seu próprio desempenho e um desejo por maior atenção individualizada.

Em relação à frequência das avaliações, o aluno inicialmente mencionou que elas ocorrem por semestre, mas logo corrigiu para bimestralmente. Sobre os processos de recuperação, o aluno relatou dificuldades causadas por fatores externos, como uma greve no transporte público, que impactaram diretamente sua participação. Ele mencionou que as provas de recuperação são organizadas pela coordenação e realizadas em dias específicos, muitas vezes durante o turno regular de aulas, o que aponta para um modelo pouco flexível.

Sobre a devolutiva das avaliações, afirmou que os professores costumam entregar os resultados no início da aula e corrigem as atividades com a turma antes de iniciar o conteúdo do dia. Isso sugere uma prática de correção coletiva, com possível caráter formativo. O estudante, relatou que seus pais “estão desconectados” das avaliações, embora acredite que eles tenham uma opinião positiva sobre o modelo utilizado. Por fim, ao ser questionado sobre possíveis mudanças, sugeriu que os professores deveriam propor mais opções avaliativas, como provas orais, oferecendo alternativas para os alunos escolherem. Essa sugestão demonstra um desejo por maior flexibilidade e participação no processo, ainda que a avaliação tradicional seja, segundo ele, “perfeita do jeito que é”.

3.2 Concepção da coordenadora pedagógica acerca da avaliação da aprendizagem

Para compreender melhor a prática avaliativa no contexto escolar, realizou-se uma entrevista com a coordenadora pedagógica de uma escola da rede básica de ensino. A coordenadora iniciou explicando que avaliação é o processo de analisar a aprendizagem dos alunos de forma tanto qualitativa quanto quantitativa. Segundo ela, os alunos são avaliados com o objetivo de verificar a aprendizagem adquirida ao longo do processo educativo.

Sobre a periodicidade das avaliações, a coordenadora informou que estas ocorrem mensalmente e bimestralmente, dependendo da disciplina. A própria escola



também passa por avaliações, realizadas por meio do conselho de classe, momento em que se analisam os resultados e estratégias pedagógicas adotadas.

A devolutiva das atividades avaliativas aos alunos varia conforme o plano de disciplina elaborado por cada docente. O acompanhamento dos professores na elaboração e aplicação dessas atividades também se dá com base nos planos de disciplina, o que permite uma supervisão coerente e sistemática.

Quanto aos instrumentos utilizados, a escola adota uma abordagem diversificada. São usados provas orais e escritas, relatórios, seminários, portfólios, questionários e observação direta do aluno. A escolha desses instrumentos se justifica pela necessidade de se adaptar às diferentes metodologias e objetivos de ensino. Ainda segundo a coordenadora, as vantagens e desvantagens dos instrumentos variam conforme a proposta pedagógica do professor, sendo necessário considerar o contexto de aplicação.

A "recuperação" escolar, destinada à retomada de conteúdo para alunos com dificuldades, ocorre uma semana após as avaliações principais, oferecendo uma nova oportunidade de aprendizagem.

Questionada sobre a percepção da comunidade escolar a respeito do processo avaliativo, a coordenadora afirmou que não há registros de reclamações por parte do corpo docente, pais ou alunos, o que demonstra uma aceitação satisfatória da metodologia adotada. No que diz respeito ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, está previsto que as avaliações devem ser qualitativas e realizadas em consonância com o projeto de curso e com as atividades da disciplina.

O PPP também orienta a aplicação de avaliações diagnósticas, formativas e somativas, respeitando a função de cada uma no processo de ensino-aprendizagem. Por fim, ao ser questionada sobre possíveis mudanças que implementaria no processo avaliativo, a coordenadora afirmou que daria maior ênfase aos aspectos qualitativos e à avaliação diagnóstica, por considerar que esses elementos oferecem uma compreensão mais aprofundada das necessidades e avanços dos estudantes.

3.3 A dinâmica da avaliação da aprendizagem sob a visão da Professora

A professora Diva, atua há mais de três décadas no magistério e leciona atualmente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), no



nível de Ensino Médio Técnico. Sua formação inclui graduação em Letras e mestrado concluído em 2018, além de participação em cursos de formação continuada realizados em diferentes municípios do estado.

Ao tratar da sua prática pedagógica, a docente destaca que não utiliza o livro didático tradicional, justificando que a carga horária reduzida, decorrente da reforma do Ensino Médio, inviabiliza a aplicação do material de forma satisfatória. Segundo ela, o ensino modulado implantado na instituição reduziu significativamente o número de horas-aula, o que resultou na perda de cerca de 60 horas ao longo do ensino médio. Diante disso, a docente e seus colegas optaram por selecionar os conteúdos considerados mais relevantes para as provas do ENEM e vestibulares.

Sua metodologia de ensino se baseia, portanto, em textos atualizados, atividades de vocabulário, ensino e revisão de conteúdos gramaticais, além de exercícios direcionados. A avaliação, entretanto, é descrita como um dos aspectos mais limitados de sua prática. A professora reconhece que gostaria de aplicar instrumentos avaliativos mais diversificados e condizentes com a natureza da língua inglesa, como avaliações orais e ambientes mais interativos. No entanto, afirma que as avaliações são, em sua maioria, escritas e focadas no conteúdo, seguindo um modelo tradicional de cobrança.

Mesmo diante das limitações, a professora busca formas de estimular a participação dos alunos, utilizando textos interessantes, vídeos e temáticas relevantes, como programas de intercâmbio e atualidades. Diva, também se dedica cerca de três horas semanais à organização didática e à preparação de aulas e materiais.

Quanto aos instrumentos utilizados na avaliação, ela considera aspectos como frequência, participação e entrega de atividades. Em situações de baixo desempenho, a professora adota diferentes estratégias pedagógicas, incluindo conversas individuais, atividades extras e, quando necessário, o encaminhamento de alunos com deficiência ao Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE).

A relação entre o planejamento didático e a avaliação é considerada, por Diva, coerente até certo ponto. Em seus planejamentos, costuma incluir as avaliações escritas, ainda que reconheça os limites desse formato. Além disso, a docente destaca que muitos alunos demonstram interesse pela disciplina, solicitando materiais extras,



recomendações de sites e mostrando disposição para desenvolver a proficiência na língua.

Por fim, a professora critica a ausência de programas de monitoria em inglês na instituição, o que, segundo ela, impacta diretamente no apoio que os alunos recebem fora do horário regular de aula. A carência de estrutura, somada a um modelo avaliativo ultrapassado, é apontada como um dos principais entraves para a promoção de uma aprendizagem significativa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou refletir sobre as práticas avaliativas no contexto escolar a partir da escuta de diferentes sujeitos que compõem a rotina pedagógica: professora, alunos e coordenadora pedagógica. Ao adotar uma abordagem qualitativa e interpretativa, foi possível compreender que a avaliação da aprendizagem, embora seja um componente essencial do processo educativo, ainda enfrenta desafios significativos para se tornar efetivamente formativa, democrática e coerente com os princípios de uma educação emancipadora.

As falas dos participantes revelam tensões entre concepções e práticas: embora haja discursos que valorizam a avaliação como instrumento de acompanhamento da aprendizagem, as práticas ainda são marcadas pela centralidade das provas e pela busca por resultados quantitativos. Esse cenário indica a persistência de modelos avaliativos tradicionais e aponta para a necessidade de espaços formativos que permitam aos docentes repensarem suas estratégias e objetivos avaliativos.

É importante destacar que a pesquisa, por ter sido realizada em uma única instituição e com um número reduzido de participantes, não tem a pretensão de generalizar os dados obtidos. No entanto, oferece pistas importantes sobre o modo como a avaliação é vivida no cotidiano escolar e pode contribuir para o debate sobre a formação docente e as políticas institucionais voltadas à melhoria do processo avaliativo.

Como desdobramento, sugerem-se novas pesquisas que envolvam um número maior de participantes, de diferentes escolas e contextos, incluindo também a voz de famílias e demais profissionais da educação. Além disso, seria relevante investigar o



impacto das formações continuadas na transformação das práticas avaliativas, assim como o papel das políticas públicas nesse processo.

Conclui-se que repensar a avaliação exige coragem para romper com práticas enraizadas e compromisso coletivo com a construção de um modelo avaliativo mais ético, humano e voltado ao desenvolvimento integral dos estudantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

HOFFMANN, J. **Avaliação mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Educação & Realidade, 2014.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LÜDKE, Menga; M. E.D.A. ANDRÉ. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U., 2012.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed Editora. 1999.

SOARES, N. P. L.; SOARES, M. de F. Concepções sobre a prática de avaliação da aprendizagem em tempos de pandemia. In: SILVA, João R. de S. (Org.) **Pesquisas e estudos em educação e ensino**: saberes e práticas com novos olhares. Curitiba-PR, Editora Bagai, 2025, p. 249-262.

VEIGA, I. P. A. (Org). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 14 ed. São Paulo: Papyrus, 2002.